

**Reunião ordinária****Data: 2021-12-27****Início: 09.36 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 10.44 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Carrão
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís António Antunes Francisco
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****BALANCETE -----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTA DA PRESIDENTE -----****N.º 01 – APOIO AO EVENTO SANTA CITA - ALDEIA NATAL (5251/ENTE/DAJA/2021) -----****PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----****N.º 02 – CEDÊNCIA DE CADEIRAS À SOCIEDADE BANDA REPUBLICANA MARCIAL NABANTINA (16/PPRC/VHC/2021)-----****INFORMAÇÕES: -----****INFORMAÇÕES DA PRESIDENTE: -----****N.º 03 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (74/PPRC/PR/2021)-----****N.º 04 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - SECÇÕES DE MUNICÍPIOS NOS DOMÍNIOS DA AÇÃO CLIMÁTICA E DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (6418/ENTE/DAJA/2021 - 4/ENTEXT/PR/2013) -----****DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**



N.º 05 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Emanuel Pereira Rosa (922/JUEL/DGT/2021 - 508/EDIF/DGT/2021)-----

N.º 06 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO RÉS-DO-CHÃO DIREITO DO PRÉDIO SITO NA RUA GIL MARTINS N.º 7 – Maria Madalena Santos – Cabeça de Casal da Herança de Manuel Joaquim de Oliveira Santos (571/ECER/DGT/2021 - 996/DIVER/DGT/2021)-----

N.º 07 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO RÉS-DO-CHÃO DIREITO DO PRÉDIO SITO NA RUA GIL MARTINS N.º 5 – José Adelino da Silva Miguel (555/ECER/DGT/2021 - 962/DIVER/DGT/2021)-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 08 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALÉM DA RIBEIRA E PEDREIRA – Altri Florestal SA (6201/ENTE/DAJA/2021)-----

N.º 09 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALÉM DA RIBEIRA E PEDREIRA – Altri Florestal SA (6200/ENTE/DAJA/2021)-----

N.º 10 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALÉM DA RIBEIRA E PEDREIRA – Manuel Gaspar Domingues (5814/ENTE/DAJA/2021)-----

Sendo nove horas e trinta e seis minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes abordou o Programa PARES terceira geração, que foi lançado pelo governo permitindo o acesso a financiamento para alargamento de redes de equipamentos sociais; era ambicionado há muito tempo pelas entidades e instituições particulares de solidariedade social pois, através dele, poderiam apresentar candidaturas para aumentar as vagas em lar e noutras respostas sociais, e financiarem-se, criando emprego, tão necessário ao concelho, ao mesmo tempo que eram garantidos os acordos com a Segurança Social; em novembro do ano passado, em reunião do Conselho Local de Ação Social, dez instituições do concelho viram as suas candidaturas hierarquizadas, para efeitos de apresentação de candidatura, que concretizaram há precisamente um ano e envolviam o aumento de várias dezenas de lugares em Lar, lugares em Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Lar Residencial, num valor aproximado de dez milhões de euros de



investimento. Referiu que as entidades se prepararam para estas candidaturas, que são complexas, pagando a consultores e projetistas com dispêndio dos seus recursos financeiros, o que esteve na origem da proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, no mandato anterior, para atribuição de um apoio extraordinário que, de alguma forma, compensasse esses custos, mas foi recusada pela maioria socialista. Realçou que para essa candidatura era exigida documentação comprovativa de autorização ou licenciamento pela autarquia, relativamente às obras a realizar, e que, apesar dos pareceres positivos da Segurança Social para efeitos de criação de lugares de Lar, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, as candidaturas foram indeferidas devido à falta de documentação da Câmara Municipal de Tomar; o atraso na aprovação do Plano Diretor Municipal, em Assembleia Municipal, que apenas foi concretizada após as eleições autárquicas, quando o poderia ter sido antes, permitindo que as licenças fossem passadas, conduziu a estes resultados desastrosos para as instituições e entidades que, assim, não podem beneficiar destes apoios. Referiu que, entretanto, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência - Respostas Sociais - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, surgiu uma nova oportunidade, decorrendo o período de candidaturas até ao próximo dia vinte e dois de fevereiro, sendo condição de acesso e de elegibilidade os beneficiários finais disporem, à data de submissão de candidaturas, de documentação comprovativa de autorização ou licenciamento, pela Câmara Municipal, relativamente às obras a realizar, pelo que, perante esta realidade de desespero, principalmente para as famílias que não têm onde colocar os seus idosos e, todos os dias, procuram as instituições para conseguir um lugar com dignidade para quem tanto deu ao concelho, pergunta quando será publicado o Plano Diretor Municipal e se essa publicação vai a tempo de permitir que as entidades e instituições do concelho se candidatem, qual é a resposta que está a ser dada às instituições, se o concelho de Tomar vai continuar a deixar passar ao lado as possibilidades de investimento, por culpa da inércia e da falta de empenho desta Câmara, de maioria socialista, e se a Câmara Municipal vai responder ao desafio ou vai tirar o tapete às instituições deixando-as entregues à sua sorte.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes questionou se a Sra. Vereadora está ciente e acredita no que acabou de dizer, porque é gravíssimo estar a culpar diretamente a Câmara pela não aprovação das candidaturas ao PARES, quando essa competência é detida pela Segurança Social e a Câmara, mais do que ninguém, quer que estes investimentos se realizem no seu território, não se vislumbrando que intuito poderiam ter para estar contra um investimento de uma instituição particular de solidariedade social, ou de uma associação. Lamentou este



ataque completamente desnecessário, surreal e sem um mínimo de coerência, salientando que as candidaturas não estavam completas porque, nos termos do Plano Diretor Municipal em vigor, isso não era possível, e o novo ainda não estava aprovado, e que a Segurança Social entendeu que o Pedido de Informação Prévia não era suficiente, porventura por existirem candidaturas mais completas (como é o caso da candidatura apresentada por Olalhas, que mereceu aprovação), e provavelmente porque o dinheiro também não chegaria para todas. Assegurou que o novo instrumento de gestão territorial foi feito à medida das associações e construído com cada uma, individualmente, para que pudesse dar resposta às suas necessidades futuras, e que têm apoiado e acompanhado as instituições, e também estão completamente desgostosos e tristes com a situação, e corroboram a angústia de não poder ver mais investimento no território do concelho no âmbito do PARES, mas a decisão não competia à Câmara e todos sabiam que o processo de revisão do plano diretor estava a decorrer. Informou que, tendo em conta a possibilidade de candidatura no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, reuniu com a Divisão de Gestão do Território para fazer o balanço do que está feito e do que eventualmente possa estar em falta, nomeadamente porque é preciso haver projeto, para depois poder reunir individualmente com as associações. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, infelizmente, estão habituados a esta linha de discurso que usa muito da inverdade para fazer oposição; não sendo a forma em que mais acredita, tem sido a forma de atuação do principal partido da oposição que, no atual mandato, tem a Sra. Presidente do Partido e um dos seus Vice-Presidentes como membros deste órgão. Salientou que é público que se espera que a publicação do Plano Diretor Municipal em Diário da República ocorra por volta do dia quinze de janeiro, e que, perante esta atitude de passar as culpas para os outros sem se querer assumir nada – são questões partidárias e os partidos são organizações que têm responsabilidades ao longo dos tempos – importa fazer algum historial do processo de revisão deste instrumento de gestão territorial, que estava parado há vários anos quando assumiram a gestão do município, como é público e está patente nos relatórios, e foi dito várias vezes pela equipa e pelas entidades, sendo até de certa forma assumido pela Câmara anterior; entre dois mil e catorze e dois mil e dezasseis, retomaram e concluíram o processo, naquilo que era competência exclusiva da Câmara, e promoveram a sua entrega às entidades competentes, não tendo a autarquia, a partir daí, qualquer responsabilidade na sua condução, o que não significa que não tenha havido contínua pressão, política e técnica, sem a qual, a par de mais de uma centena de reuniões com as várias entidades ao longo destes anos, o processo não teria tido o desenvolvimento que veio a ter;



depois da discussão pública, da elaboração de novos relatórios, da realização de nova conferência decisória, estava pronto para ser aprovado em Assembleia Municipal, e foram os partidos ali representados, ou alguns deles, incluindo o Partido Social Democrata, que não quiseram agendar a sessão para discussão do Plano antes das eleições; têm que ser honestos e, se é verdade que podia ter sido aprovado algum tempo atrás, também é verdade que foi a Assembleia Municipal que não quis agendar, e o PSD não se pode ilibar de responsabilidades porque foi um dos partidos que, na Conferência de Líderes, não quis assumir essa discussão antes das eleições e todos entendem porquê. Salientou que, mesmo que tivesse sido decidido o agendamento, o problema com que se depararam as instituições poderia não ter ficado solucionado porque, de acordo com os pareceres da Segurança Social, a questão era a capacidade de licenciamento ao momento da candidatura (dezembro de dois mil e vinte) e, nessa altura, o novo Plano Diretor Municipal não estava aprovado e nenhuma Câmara podia licenciar em desacordo com o instrumento em vigor. Reforçou que o novo Plano Diretor foi desenvolvido tendo muito em conta a realidade das instituições particulares de solidariedade social e da generalidade das associações para que, o mais possível, pudesse prever as suas ampliações. Disse que assumem a quota parte de responsabilidade que lhes possa caber, mas é uma responsabilidade que é de todos, e o PSD não pode fazer este jogo - pode, mas essa forma de fazer política não é pela verdade e, nesse aspeto, não pode deixar de classificar de surreal a declaração de voto que apresentou na Assembleia Municipal, que assenta na ideia de que, quando esteve na governação, fez tudo bem feito sobre o Plano Diretor Municipal e, depois, com o Partido Socialista, está tudo mal feito; até a equipa foi muito bem escolhida, mas, com a atual gestão, passou a ser mal gerida, a par de todo um rol de situações que não são minimamente condicentes com a verdade. Afirmou que todos gostariam que mais instituições do concelho pudessem ter sido contempladas, mas é esta a questão de fundo, sendo certo que há mais oportunidades, nomeadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, e que a generalidade das instituições particulares de solidariedade social tem os seus projetos feitos e têm que decidir se insistem nesta candidatura ou se transitam para a outra, e não vai ser por causa da questão do licenciamento que não vão poder avançar. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes realçou que, internamente, não há um técnico municipal que tenha acompanhado o Plano Diretor Municipal até ao fim e foi a isso que se referiram em relação à equipa. Referiu que é um facto que, à data da candidatura não poderiam ter as licenças, mas, no âmbito da audiência prévia das candidaturas, tiveram dez dias úteis para apresentar justificações, sendo certo que, neste momento, a questão que



e.
M

importa é se as entidades e as instituições particulares de solidariedade social podem ficar descansadas em relação às candidaturas que vierem a apresentar ao Plano de Recuperação e Resiliência. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão frisou que é a escolha da equipa do Instituto Superior Técnico que é referida na declaração de voto. Relativamente à questão das candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência, ou a outros avisos de candidatura que possam surgir, disse que há a expectativa de a publicação do Plano Diretor acontecer por volta do dia quinze de janeiro e que, por parte da Câmara, está tudo mais que tratado. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que, na última Assembleia Municipal, ao longo deste mandato, e também em mandatos anteriores, tem sido patente a falta de resposta do atual executivo às questões colocadas por deputados e vereadores da oposição, relativas a dúvidas existentes, quanto a factos, decisões e/ou dados, que não são evidentes nos documentos ou na informação que é prestada; têm sido utilizadas diversas formas de o fazer, nomeadamente através de requerimentos escritos, cuja resposta tarda em chegar e, quando cega, e muitos casos foram ultrapassados os prazos legais estipulados para a resposta. Salientou que, independentemente do partido a que pertencem, os eleitos representam centenas de cidadãos, merecem respeito e têm legitimidade para querer ver clarificadas determinadas situações, e parece ser um dever do executivo camarário, e dos respetivos serviços, a celeridade e a eficácia na resposta, o que não tem acontecido, e é preciso perguntar porquê e se poderão contar com o empenho da Sra. Presidente para que isso deixe de acontecer. Sublinhou que esta situação, a par de diversas outras, como o estado da página web do município, revela falta de transparência da gestão municipal; a informação que é disponibilizada aos cidadãos nos websites das Câmaras Municipais permite-lhes analisar, decidir e aferir o grau de transparência do seu município; quanto mais clara e transparente for a informação divulgada por esta via, com certeza maior será o envolvimento na vida autárquica e melhor será a qualidade da democracia local. Referiu que, segundo os últimos dados do Índice de Transparência Municipal, entre trezentos e oito municípios, Tomar encontra-se no ducentésimo quinquagésimo terceiro lugar, ordenando do melhor para o pior; embora esta avaliação seja relativa ano de dois mil e dezassete, deve-os "picar" e estimular a melhorar, pois a página web tem mantido a mesma estrutura, os cidadãos continuam a queixar-se da dificuldade em encontrar informação útil e atualizada, bem como sobre as decisões tomadas a diversos níveis; como diz o povo "quem não deve, não teme" e talvez fosse o caso de os serviços municipais de comunicação, mais do que se preocuparem com divulgação avulsa de pequenos eventos e



reação às redes sociais, se preocuparem em estudar, propor e executar uma efetiva política de comunicação, que envolva e se preocupe com a transparência e a accountability (ou prestação pública de contas) do Município de Tomar, e, mais uma vez, formulam votos para que este estado das coisas se altere, e com rapidez. Referiu que lhes parece meritória a possibilidade, entretanto desenvolvida, de os cidadãos poderem interagir com o município e aceder online ao estado dos seus processos, mas creem que, também nesta área, há um caminho longo e amplo por traçar, em benefício dos munícipes e dos serviços.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão reconheceu que, na última sessão da Assembleia Municipal, um líder de bancada do Partido Social Democrata fez uma intervenção, nomeadamente na área da educação, com um rol de cerca de vinte questões que não teriam sido respondidas pela Câmara, mas a verdade é que desconhece que tenham sido formalizadas. Admitiu que possa ter havido algum lapso e que o caso possa ter ficado perdido, ou serem vários casos, mas, entretanto, já recebeu algo sobre isso e tentará que a resposta seja dada com brevidade, sendo certo que nem sempre é possível responder no prazo de dez dias, nomeadamente se houver necessidade de consultar o arquivo, entre outras razões. Disse que as páginas nas redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube) mais não são do que instrumentos de comunicação da Câmara, e que a página institucional do Município é o website, que gostariam que estivesse melhor, nomeadamente com mais documentação carregada e com maior facilidade de uso por parte dos cidadãos, mas não se pode dizer que está exatamente igual porque tem vindo a ser melhorada e está melhor, assim como não se pode dizer que era melhor na governação anterior porque se recorda bem das discussões sobre o assunto nessa altura; o website mantém a estrutura base, que é comum à generalidade dos municípios do Médio Tejo, mas têm vindo a operar melhorias, na medida das possibilidades, com os recursos próprios, nomeadamente o Gabinete de Comunicação e Imagem, a quem não pode ser atribuída responsabilidade por falta de informação; têm que ser as várias unidades orgânicas a fazer chegar aquilo que deva ser publicado; é uma questão de cultura da organização, que reconhece não estar no ponto que gostariam - há muitos documentos, no sector financeiro e no departamento de obras municipais, por exemplo, que às vezes, demoram a ser publicados - e têm insistido muito, nomeadamente com as chefias, para que vão enviando, ou fazendo enviar, a informação necessária ao gabinete de comunicação, e indicando o que já não faz sentido manter-se, para ser mais fácil navegar. Salientou que a página de um município é sempre complexa e nem sempre é fácil criar uma estrutura mais intuitiva para o cidadão, mais ainda quando oferece informação ao munícipe e informação de cariz turístico ao visitante,



0.
112

como é o caso da página de Tomar. Salientou que têm feito e querem continuar a fazer um trabalho contínuo de aperfeiçoamento e de fortalecimento da cultura da organização para criar nas várias unidades orgânicas a rotina de alimentação e atualização do site, porque não pode ser a Presidente ou o(s) Vereador(es) a analisar o que é que já lá está, ou ainda não está, apesar de que o vão fazendo. Frisou que o índice da transparência se centra praticamente nos sites dos municípios e é, como tantos outros, subjetivo. -----

Em resposta, **o Sr. Vereador Luís Francisco** disse "vamos a isto!".-----

O Sr. Vereador Tiago Carrão disse que a discussão que antecede o motivou a abordar alguns dos temas referidos. Defendeu que o mais fácil seria um site novo porque a tecnologia subjacente ao atual já está bastante obsoleta e sugeriu a implementação do aviso de cookies, que pode parecer um pequeno pormenor, mas é obrigatório por lei. Discordou que o Facebook ou o Instagram do Município não sejam ferramentas de comunicação institucional. Em relação ao PARES, disse que as coisas não correram como era desejo de todos e, neste momento, como ficou evidente na intervenção da Sra. Vereadora Lurdes Fernandes, o foco deve ser o que têm pela frente, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, até fevereiro, e a possibilidade de conseguirem resultados diferentes, e melhores, para as instituições do concelho, e é por isso que estão preocupados com a questão do Plano Diretor Municipal. Congratulam-se que a publicação em Diário da República venha a ocorrer até meados de janeiro, mas, quando se fala em inverdades e tudo mais, não acha correto que se reduza um processo de anos a uma Conferência de Líderes, onde o Sr. Vereador Hugo Cristóvão queria aditar o Plano Diretor Municipal à ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, o que mereceu a discordância de todos os partidos e, numa segunda Conferência de Líderes, também da Sra. Presidente da Câmara, para além de que, como foi dito, o assunto teria que estar resolvido em novembro ou dezembro e a decisão dessa Conferência de Líderes não teria resolvido o problema. Perguntou qual é o ponto da situação da candidatura da Festa dos Tabuleiros a Património Cultural Imaterial Nacional, assunto que foi referido na última sessão da Assembleia Municipal, até porque as festas de Campo Maior foram aprovadas recentemente pela UNESCO, e não se apercebeu que tenha havido resposta. Recordou que se referiu ao protocolo de coworking aprovado na última reunião como um penso rápido sobre a ferida da política económica deste executivo, referindo que essa ferida se revela em pequenos pormenores/sinais de falha, como é o caso da ausência da Câmara na Gala da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa; poderia ser um lapso, mas parece ser recorrente, porque, em pouco tempo, também não se fez representar na Gala dos Vinhos do Tejo e no



Nersant Business, um encontro internacional com empresários de vários países. Disse que ficou incomodado com a questão das refeições escolares até porque foi dito pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão que era uma situação que, na oposição, sempre o incomodou, e que não concordava, mas, passados oito anos, está praticamente na mesma; estudou um bocadinho o assunto e não encontrou situações semelhantes ou idênticas nos municípios cuja informação foi ver, e muitos vão além dos rácios, porque são insuficientes para colmatar as necessidades do tal acompanhamento para cortar a carne; na escola básica do primeiro ciclo Santo António, por exemplo, o valor que era cobrado aos pais baixou de vinte e qualquer coisa euros para sete euros e cinquenta cêntimos, e era importante perceber a que é que se deve essa diferença, se agora o Município comparticipa esse valor e, em caso afirmativo, de que forma o faz e se faz parte da estratégia para resolver o problema, até porque tem conhecimento que haviapais que se consideravam no direito de não pagar esse valor, por entenderem que a refeição faz parte do período escolar, e a criança acabava por se deslocar à escola Nuno Álvares Pereira, acompanhada por uma funcionária, para fazer a refeição e regressar à escola; esta situação está ultrapassada porque a criança transitou para o quinto ano, mas não querem que se repita com qualquer outra e entendem que têm que ser encontradas soluções. Perguntou qual é o plano que está em marcha para resolver a questão das refeições escolares, do acompanhamento que é necessário e das associações de pais. -----

A Sra. Presidente deu nota que está previsto implementar o aviso de cookies no site e proceder a alterações nalguns formulários, para cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. Referiu que, no mandato anterior, foi nomeado o Encarregado de Proteção de Dados, mas é necessário que toda a estrutura cumpra as disposições legais nesta área, que são demasiado diversificadas, pelo que está previsto no orçamento para o próximo ano a contratação de uma assessoria externa. Referiu que as candidaturas ao aviso lançado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência acabam por ser mais vantajosas que o PARES, porque os projetos são financiados a cem por cento, mas os projetos têm que ter um grau de maturidade diferente; irá ser feita uma reunião com cada uma das associações/instituições que se candidataram ao PARES para auscultar as suas pretensões e motivações, sendo certo que, dependendo da decisão que estas tomem, a Câmara vai acompanhar o processo, através da Divisão de Gestão do Território, para saber se todos os projetos que entraram cumprem as condições do aviso, da DEISA, no acompanhamento às candidaturas, e, se houver necessidade de esclarecimentos para submissão das candidaturas, do gabinete de apoio a candidaturas. No que se refere à Gala da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa, que se realizou



no dia onze, referiu que só vão a casamentos e a batizados se forem convidados e que nem a Comunidade Intermunicipal, que foi coorganizadora, recebeu convite; se tivesse recebido, a Presidente não poderia ter estado presente, porque coincidiu com o período em que esteve em isolamento profilático, mas estaria um Vice-Presidente, se pudesse faltar ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se realizou, no mesmo fim-de-semana, em Aveiro. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota que Tomar iniciou o processo de recolha do material e de elaboração do caderno para candidatura da Festa dos Tabuleiros a Património Cultural Imaterial Nacional em dois mil e dezanove e Campo Maior já tinha recebido essa distinção no ano anterior, pelo que não é de estranhar que estejam mais avançados. Referiu que tem havido contatos para saber o estado da candidatura submetida em dois mil e vinte, estão satisfeitas as últimas alterações solicitadas e julga que está tudo bem encaminhado para que tenha sucesso e para que, daqui a poucos meses, possam celebrar a obtenção da distinção. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que quase todas as semanas se realizam eventos no Hotel dos Templários e a Câmara não tem que ser convidada para todos, mas, no caso da Gala da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa, o que aconteceu foi que, já com a cerimónia a decorrer, porque alguém se apercebeu que faltava uma entidade, recebeu um telefonema a perguntar se ainda lá podia ir; na verdade, não podia, mas, mesmo que pudesse, a verdade é que não se representam a si próprios e não era àquela hora que ia aparecer, para marcar presença. Respondendo à questão das refeições escolares, referiu que nunca foi contra o modelo, mas, de há muitos anos a esta parte, como político, como professor e como detentor de outras responsabilidades associadas, sempre disse que o sistema que Tomar escolhera não era sustentável; era previsível que, com o tempo, fosse perdendo a sua sustentabilidade porque, há cerca de uma década e meia, existiam mais crianças e o valor da refeição, que ainda se mantém, era mais capaz para fazer face às inerentes despesas, para além de que o valor que o Ministério da Educação transfere para os municípios para esta matéria nunca chega e, em cada ano, vai chegando cada vez menos; quando chegaram à governação, a situação foi analisada, realizaram reuniões com as associações de pais e concluíram que o Município tinha duas grandes possibilidades: acabar com o modelo de imediato e retirar às associações de pais essa "subdelegação de competências", o que faria com que, de um dia para o outro, a forma e a qualidade do serviço prestado se alterasse, a generalidade das associações se extinguisse e largas dezenas de pessoas se vissem no



desemprego; a outra opção era aquela que têm vindo a concretizar, em diálogo permanente com as associações de pais, para ir percebendo as que mantêm e as que não mantêm condições, as que querem e as que não querem e, de há dois ou três anos a esta parte, alcançaram um sistema misto: as associações de pais mantêm o serviço na maioria das escolas, noutras o Município assumiu as refeições na totalidade e há escolas, nomeadamente as da cidade, em que as refeições são tratadas pelo Município e há uma intermediação das associações de pais no relacionamento com os pais e na colocação do pessoal extra que presta apoio às refeições. Referiu que, para além de cerca de vinte trabalhadores colocados regularmente nas escolas, através do Centro de Emprego, para complementar os serviços prestados, não necessariamente às refeições, o Município tem pessoal nas escolas acima do rácio, essencialmente porque o concelho tem uma grande dispersão de escolas no território, algumas com poucos alunos, e, se aplicassem meramente o rácio (que foi alargado o ano passado, mas ainda está aquém da realidade objetiva das escolas), algumas não teriam sequer um funcionário e a verdade é que são precisos pelo menos dois para as funções básicas, desde logo para assegurar a totalidade do horário escolar; se retirarem as associações de pais do processo, o serviço extra (cortar a carne, assegurar que as crianças almoçam, zelar que comem a sopa ou a fruta, assegurar o transporte de tabuleiros) não seria feito, porque um ou dois funcionários não consegue prestar esse apoio a dezenas de alunos de faixas etárias diferentes e algumas com grande necessidade de apoio, nomeadamente ao nível do pré-escolar, para além de que, quando se colocou a questão da generalização das refeições, não houve aumento de pessoal e, durante muitos anos, até diminuiu. Salientou que, a par desta ação contínua junto das associações de pais, e do financiamento que asseguram, passaram a colocar regras e, anualmente, vão verificando a possibilidade de manter cada situação; na escola que foi referida pelo Sr. Vereador Carrão, por exemplo, tem havido problemas recorrentes e estão a considerar forçar que o serviço termine ainda este ano letivo. Sublinhou que o valor que tem vindo a ser pedido aos pais pelas suas associações representativas, para suportar os custos com o serviço acrescentado que é prestado, tem vindo a diminuir devido às regras e condições que têm colocado, e ainda aos apoios extraordinários que têm vindo a conceder às associações de pais, sempre em crescendo, especialmente àquelas que estão fora da cidade e que têm menos capacidade em termos de escala, mas a verdade é que são dinheiros públicos e não podem estar sempre a aumentar, e haverá um ou outro caso que eventualmente terão que forçar a terminar. Disse que percebe a posição do Sr. Vereador Luís



Francisco sobre a questão do modelo e está previsto que, aos poucos, vá terminando, porque não é sustentável. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão reconheceu que a casamentos e batizados só vão os convidados, mas estranha que tenham estado presentes outros municípios, como Ourém e Ferreira do Zêzere; ou vão a festas sem convite, ou foram convidados, e seria importante que se pudesse perceber se os outros aparecem porque acham que o evento tem algum interesse para os seus concelhos, ou se estão a ser convidados e Tomar não está, ainda para mais quando o evento se realiza no seu território, porque, se assim for, algo de estranho se passa. Referiu que o Sr. Vereador Hugo Cristóvão é pródigo, na questão das refeições escolares e noutros temas, em traçar o respetivo historial, e isso é importante, mas fica um pouco aquém na parte do presente e, em especial, do futuro. Reconheceu que a sustentabilidade do modelo é um problema, e que é essa sustentabilidade que o interessa, mas ficou um bocadinho na mesma porque, como foi dito, vamos apoiando em crescendo as associações de pais, e elas eventualmente vão terminando, mas nada se adiantou em relação a um plano ou a uma solução que não seja ir gerindo no dia a dia. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes apresentou uma proposta visando a promoção de ações de formação de animadores e monitores de atividades de férias, gratuitas, planeadas atempadamente, de forma a estarem aptos para os projetos do próximo ano, numa tentativa de contrariar as consequências da dispersão do concelho e de procurar garantir a acessibilidade de crianças e jovens a atividades e à ocupação saudável dos seus tempos livres em períodos de férias escolares. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e três de dezembro de dois mil e vinte um, o qual acusa os seguintes saldos: cinco milhões, setecentos e oitenta mil, setecentos e nove euros e cinquenta e oito cêntimos (5.780.709,58€) em Operações Orçamentais, e trezentos e oito mil, cento e vinte sete euros e setenta e três cêntimos (308.127,73€) em Operações Não Orçamentais. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTA DA PRESIDENTE -----

N.º 01 – APOIO AO EVENTO SANTA CITA - ALDEIA NATAL-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a



o
/

concessão de apoio à Associação Cultural e Recreativa de Santa Cita para a realização do evento Santa Cita – Aldeia Natal.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atribuição de apoio logístico e financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Santa Cita, no valor de 8.000.00€ (oito mil euros), para a realização do evento Santa Cita – Aldeia Natal, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 02 – CEDÊNCIA DE CADEIRAS À SOCIEDADE BANDA REPUBLICANA MARCIAL NABANTINA -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência à Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina de vinte cadeiras com tampo que se encontram no Palácio Alvim, sem qualquer utilização há mais de duas décadas. -

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ceder à Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina as vinte cadeiras referidas, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÕES DA PRESIDENTE: -----

N.º 03 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em dezembro pela Sra. Presidente, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu o interesse em acompanhar a execução do orçamento do Município solicitando acesso à informação relativa às alterações que se verificaram e venham a verificar. -----

A Sra. Presidente informou que vai promover o envio das alterações números quinze e dezasseis ao orçamento do corrente ano e passará a disponibilizar essa documentação no âmbito da informação que presta em cada reunião. -----



N.º 04 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - SECÇÕES DE MUNICÍPIOS NOS DOMÍNIOS DA AÇÃO CLIMÁTICA E DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -----

Foi presente, para conhecimento, informação relativa à manifestação de interesse do Município de Tomar em integrar as secções de municípios criadas no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos domínios da ação climática e dos objetivos de desenvolvimento sustentável. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 05 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Emanuel Pereira Rosa -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 9.697,60 m² a destacar do prédio misto sito em Venda da Gaita, União de Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1694/19960322, requerida por Emanuel Pereira Rosa, nos termos e fundamentos da informação n.º 20498/2021 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa. ----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 06 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO RÉ-DO-CHÃO DIREITO DO PRÉDIO SITO NA RUA GIL MARTINS N.º 7 – Maria Madalena Santos – Cabeça de Casal da Herança de Manuel Joaquim de Oliveira Santos) -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 20347/2021 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não exercício de direito de preferência na venda da fração B do prédio sito na rua Gil Martins, n.º 7, Choromela, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1267, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 5548, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, que Maria Madalena Santos – Cabeça de Casal da Herança de Manuel Joaquim de Oliveira Santos pretende realizar pelo valor de 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição da fração supra identificada pelo valor apresentado. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----



N.º 07 – EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO RÉS-DO-CHÃO DIREITO DO PRÉDIO SITO NA RUA GIL MARTINS N.º 5 – José Adelino da Silva Miguel -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 19727/2021 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não exercício de direito de preferência na venda da fração A do prédio sito na rua Gil Martins, n.º 5, Choromela, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1220, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 5546, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, que José Adelino da Silva Miguel pretende realizar pelo valor de 79.000,00€ (setenta e nove mil euros). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição da fração supra identificada pelo valor apresentado. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 08 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALÉM DA RIBEIRA E PEDREIRA – Altri Florestal SA -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao processo PR.007601.2021, relativo a ações de rearborização com eucalipto-comum, numa área de 34,52 hectares, em Sesmarias, União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, a desenvolver por Altri Florestal SA, nos termos e fundamentos da informação n.º 1122/2021 da Divisão de Proteção Civil. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1.-Emitir parecer favorável, ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação; -----

2.-Licenciar a ação de destruição de revestimento vegetal sem fins agrícolas, de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 09 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALÉM DA RIBEIRA E PEDREIRA – Altri Florestal SA -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao processo PR.007611.2021, relativo a ações de rearborização com eucalipto-comum, numa área de 42,80 hectares, em Vale Pia, União das Freguesias de



Além da Ribeira e Pedreira, a desenvolver por Altri Florestal SA, nos termos e fundamentos da informação n.º 1123/2021 da Divisão de Proteção Civil.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1.-Emitir parecer favorável, ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação; -----

2.-Licenciar a ação de destruição de revestimento vegetal sem fins agrícolas, de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALÉM DA RIBEIRA E PEDREIRA – Manuel Gaspar Domingues-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao processo PR.007534.2021, relativo a ações de rearborização com eucalipto-comum, numa área de 1,62 hectares, em Porto dos Cavaleiros, União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, a desenvolver por Manuel Gaspar Domingues, nos termos e fundamentos da informação n.º 1124/2021 da Divisão de Proteção Civil.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou: -----

1.-Emitir parecer favorável, ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação; -----

2.-Licenciar a ação de destruição de revestimento vegetal sem fins agrícolas, de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dez horas e quarenta e quatro minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

